



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3474

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Veto

Categoria: Retirados de pauta, rejeitados, não votados, sobrestados, etc

Autoria: Executivo Municipal

Data: 17/09/1991

Descrição Sumária: VETO AO PROJETO DE LEI Nº 64/1991. (RETIRADO). Veta o artigo 30 do Projeto de Lei que concede incentivos fiscais às microempresas, empresas comerciais, prestadoras de serviço e unidades industriais de Montes Claros e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 02

Posição: 03

Número de folhas: 15

Espécie: Veto
Categoria: Pendentes
Cx: 02
Ordem: 03
nº fls: 12

Câmara Municipal de Montes Claros

VETO

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Veto ao Art. 30, da Lei que concede incentivos
fiscais às microempresas, empresas comerciais
e outras disposições.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 17.09.91
- 2 À Comissão Especial em
- 3 RETIRADA DE PAUTA P1
- 4 SOLIC. V. JOÃO HAMILTON - 01.10.91
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M. G.

Em, 12 de setembro de 1991

Of. N.º CJ/127/91

Assunto Encaminha Projeto de Lei com Veto Parcial

Serviço Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

temos a honra de comunicar a V. Exª. que nos termos do § 1º do artigo 54 da Lei Orgânica do Município, decidimos vetar, parcialmente, o Projeto de Lei, que concede incentivos fiscais às microempresas, empresas comerciais, prestadoras de serviço e unidades industriais e dá outras providências.

O dispositivo vetado é o artigo 30, com a seguinte descrição:

"ART. 30 - Os hospitais e/ou clínicas de saúde particulares que vierem a ser instalados neste Município, a partir da vigência desta Lei, gozarão de isenção de tributos municipais pelo período de 05 (cinco) anos."

Razões do veto

Este artigo estendeu o benefício da isenção fiscal a todos os hospitais e/ou clínicas de saúde, que forem instalados neste Município, a partir da vigência da Lei.

Ocorre que a aplicabilidade deste dispositivo contraria o interesse público, eis que, a uma, em futuro bem próximo, os hospitais em funcionamento poderão pleitear os mesmos benefícios, porque os futuros hospitais não se diferenciam dos existentes. Seria diferenciar o que é semelhante, o que é igual. A duas, porque, estender a isenção às clínicas de saúde, seria abarcar todas as clínicas, de quaisquer naturezas, sem distinção de objetivos, o que a evidência, prejudica os cofres públicos.

Por conseguinte, o artigo em exame, não se concilia com o interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M. G.


Em, 12 de setembro de 19 91

Of. N.º CJ/127/91

Assunto

Serviço

Estas, Sr. Presidente, as razões que nos levam a vetar o mencionado artigo 30, as quais submetemos à elevada consideração dos Senhores Membros dessa Casa Legislativa.


MÁRIO HIBEIRO DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Exm^o. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

MD. Presidente do Legislativo Municipal

N E S T A

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE ESPECIAL-
EM 7 DE setembro DE 1991
PRESIDENTE



OL N.º 10
Assessor
Secretário

SOMOS PELA APROVAÇÃO DO VETO

Alf. Maria
Rally

EM VIRTUDE DO COMPROMISSO DO SR PREFEITO,
DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
ATESTADOS PELO LÍDER DO PREFEITO NESTA
CASA, DO ENVIO DE UM PROJETO DE LEI
ISENTAÇÃO DAS HOSPITAIS POR 5 ANOS, RETIRANDO
FOLHENTE DAS CLÍNICAS ESSE INCENTIVO, SOMOS
PELA APROVAÇÃO DO VETO.

Eduardo Nelson.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - M. Gerais



PROJETO DE LEI Nº

CONCEDE INCENTIVOS FISCAIS ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS COMERCIAIS, PRESTADORAS DE SERVIÇO, UNIDADES INDUSTRIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros, MG, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONCEITO DE MICROEMPRESA

ART. 1º - Consideram-se microempresas as pessoas jurídicas ou firmas individuais prestadoras de serviço, constituídas de um só estabelecimento, que obtiverem, num período de 12(doze) meses, receita bruta igual ou inferior a 1.000 (mil) Unidades Padrão Fiscal do Município de Montes Claros - UPFMCm e preencherem os seguintes requisitos:

I - Estarem devidamente cadastradas, como microempresas no Cadastro Técnico Municipal, na forma e no prazo estabelecidos nesta Lei;

II - Emitirem documentos fiscais estabelecidos nesta Lei;

III- Tenham obtido, nos últimos 12(doz) meses anteriores ao seu cadastramento, receita bruta igual ou inferior ao limite estabelecido no caput deste artigo;

IV - Recolham o ISS/QN, sob o regime de estimativa;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O limite de 1000 (mil) UPFMC é o vigente em dezembro de 1.990, quando os últimos 12 (doze) meses coincidirem com o exercício de 1.991.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considera-se receita bruta o total das receitas operacionais e não operacionais, auferidas no período de 12 (doze) meses, exceto as provenientes da venda do ativo permanente, sem quaisquer deduções.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - M. Gerais



Cont...

fls.02

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para efeito de determinação do limite previsto neste artigo, será considerado o valor da UPFMC vigente no mês de ocorrência do fato gerador.

PARÁGRAFO QUARTO - As pessoas jurídicas ou as firmas individuais, no ano em que iniciarem suas atividades, a partir de 29 de dezembro de 1.990, ficam dispensadas do requisito constante do item III.

ART. 2º - Não se incluem no regime dispensado as microempresas as pessoas jurídicas ou firmas individuais que:

- I - tenham como sócios pessoas jurídicas;
- II - participem do capital de outras pessoa jurídica;
- III - o titular ou sócio participe de outra pessoas jurídica;
- IV - sejam constituídas sob a forma de sociedade por ações;
- V - realizem operações relativas à:
 - a) importação;
 - b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação, corretagem, administração ou construção de imóveis;
 - c) estacionamento, armazenamento, guarda ou administração de bens de terceiros;
 - d) corretagem de câmbio, seguros, títulos e valores imobiliários;
 - e) publicidade e propaganda. excluídos os veículos de comunicação, bem como profissionais;
 - f) advogados;
 - g) engenheiros, arquitetos, urbanistas e agrônomos;
 - h) dentistas;
 - i) médicos;
 - j) psicólogos;



Cont...

fls.03

k) econômicistas.

ART. 3º - A inscrição de pessoas jurídicas ou firmas individuais no Cadastro Técnico, como microempresa, se fará mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - requerimento formulado através do modelo I constante do anexo a esta Lei;

II - boletim de inscrição e alteração cadstral BIAC, devidamente preenchido, quando for o caso;

III - contrato social e alterações contratuais, se houver;

IV - carnê de IPTU.

ART. 4º - As pessoas físicas ou jurídicas, cadastradas como microempresas, na vigência da Legislação anterior, deverão requerer o cadastramento, mediante a apresentação dos documentos estabelecidos no artigo 3º.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pedido de cadastramento deverá ser apresentado até o dia 30 de dezembro de 1.991, sem prejuízo dos benefícios conferidos às microempresas, cadastradas, a partir desta Lei em vigor.

ART. 5º - As microempresas terão direito à redução de todos os tributos, no início de suas respectivas atividades, observadas as seguintes proporções:

I - Nos primeiros 12 (doze) meses, 100%(cem por cento);

II - Do 13º (décimo terceiro) ao 24º(vigésimo quarto) mês, 60% (sessenta por cento);

III - Do 25º (vigésimo quinto) ao 36º (trigésimo sexto) mês, 40%(quarenta por cento);

ART. 6º - Os benefícios instituídos serão concedidos a partir das seguintes datas:

I - Para as microempresas cadastradas, a partir de 1º de julho de 1.991;

a) - se requerido o cadastramento até

30 de dezembro de 1.991.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



Cont...

fls.04

b) - a partir da data do requerimento, se este se der após 30 de julho de 1.991.

II - Para as microempresas ainda não cadastradas, a partir da data do requerimento.

ART. 7º - A divisão de Cadastro Técnico Municipal procederá o prévio exame da documentação, e, se estiver regular, efetuará a inscrição e/ou alteração no Cadastro Técnico Municipal e respectivo cadastramento e/ou recadastramento, concomitantemente.

ART. 8º - A base de cálculo do ISS/QN por estimativa, será fixada em função dos seguintes elementos:

I - Preço corrente do serviço na praça;

II - Tempo de duração e a natureza específica da atividade;

III - Valor das despesas gerais do contribuinte durante o período considerado para o cálculo da estimativa;

IV - Receita auferida nos últimos doze meses.

ART. 9º - O regime de estimativa será deferido para um período de até 12(doze) meses, com base de cálculos e impostos expressos em UPFMC, podendo a autoridade fiscal, a qualquer tempo, suspender a aplicação, bem como, rever os valores estimados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contribuinte, que não concordar com o valor estimado, poderá requerer cancelamento do seu cadastro, como microempresa, ou reclamar contra a estimativa, apresentando, neste caso, fundamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor estimado será revisto quando decorrido o período mencionado no artigo, ou antes, ocorrendo fato novo, apurado pelo fisco.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor do imposto a ser recolhido será determinado mediante a conversão de seu



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



Cont...

fls.05

valor em UPFMC para cruzeiros, tomando-se como base o valor da UPFMC vigente à data do vencimento do imposto.

ART. 10 - O prazo para o contribuinte requerer o cancelamento de seu cadastro, como microempresa, por discordar do valor estimado, é de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da comunicação, do despacho ou da intimação.

ART. 11 - O prazo para o contribuinte reclamar da estimativa é de 30 (trinta) dias contados da comunicação do despacho ou intimação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A reclamação deverá ser protocolada na Seção de Protocolo do Município;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A instrução do processo da reclamação interposta contra a estimativa é de competência da Divisão de Receita, da Secretaria de Fazenda do Município;

ART. 12 - As microempresas deverão apresentar à Divisão de Receita a declaração de receitas auferidas do 1º ao 12º mês e do 13º ao 24º de gozo dos benefícios da Lei nº 1.545/85, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do final de cada período, mediante o preenchimento do formulário constante do anexo que faz parte integrante desta Lei.

ART. 13 - Perderá, definitivamente, a condição de microempresa:

- a) aquela que, a qualquer tempo, ultrapassar o limite estabelecido no artigo 1º desta Lei;
- b) aquela que deixar de preencher os requisitos legais regulamentadores.

PARÁGRAFO ÚNICO - A perda da condição de microempresa implica no cancelamento do regime de estimativa e na perda do benefício, da seguinte forma:

I - a partir do mês seguinte ao correspondente ao último recolhimento, quando a microempresa estiver em gozo de isenção parcial do imposto;

II - a partir do fato que deu origem ao desequilíbrio, quando a microempresa estiver em gozo de isenção to-



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



Cont...

fls.06

tal do imposto.

ART. 14 - As empresas que auferirem receita superior à 1.000 (mil) UPFMC ou que incorrem nas vedações constantes do artigo 2º, deverão comunicar o fato à Divisão de Receita, no prazo de 30 (trinta) dias.

ART. 15 - As empresas, que perderem o benefício concedido deverão apresentar, além das guias de recolhimento do ISSQN estimativa, já quitadas, as guias referentes aos meses subsequentes ao da perda do benefício, para o cancelamento, solicitando as guias para recolhimento do ISSQN, calculado sobre o preço do serviço.

ART. 16 - As microempresas estão obrigadas a possuir e a emitir os documentos fiscais previstos na legislação tributária.

ART. 17 - As pessoas jurídicas e as firmas individuais que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitearem seu enquadramento ou se mantiverem enquadradas, como microempresas, estarão sujeitas as seguintes penalidades:

I - cancelamento de ofício de seu registro como microempresa;

II - pagamento de todos os tributos devidos como se benefício algum tivesse existido, com todos os acréscimos legais, calculados com base na data em que os tributos deveriam ter sido recolhidos;

III - impedimento de seu titular ou de qualquer sócio em constituir microempresa ou participar de outras já existentes, com os favores desta Lei, durante o prazo de 05 (cinco) anos;

IV - multa punitiva, equivalente a vinte (20) UPFMC, em caso de fraude, dolo ou simulação.

ART. 18 - São aplicáveis as microempresas as normas previstas na legislação Municipal, que não contrariem os preceitos desta Lei.

CAPÍTULO II

DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



Cpnt...

ffs.07

ART. 19 - Ficam isentas do pagamento dos tributos municipais, por 05 (cinco) anos, as indústrias que se instalarem em Montes Claros, a partir de 1º de janeiro de 1.991, desde que atendam os seguintes requisitos:

- I - utilize matéria prima local ou regional;
- II - não fabriquem produtos nocivos a saúde;
- III - satisfaçam as disposições pertinentes a preservação do meio ambiente;
- IV - estejam instaladas, preferencialmente, no Distrito Industrial Ulbadino Assis.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por mais 05 (cinco) anos, desde que as empresas tenham atendido todos os requisitos exigidos nesta Lei, e ainda, tenham prestados relevantes serviços a comunidade, tais como:

- I - participação direta ou indireta na formação de mão-de-obra profissional local;
- II - construção, ampliação e conservação de bens públicos, principalmente escolas, hospitais, creches e quadras poliesportivas;
- III - participação ou promoção de atividades culturais, esportivas e comunitárias;
- IV - participação financeiras nos estados oficiais de calamidade pública decretada pelo Município;
- V - duplicação do número de empregos oferecidos, quando no início de suas atividades industriais;
- VI - tenham desenvolvido tecnologia própria;
- VII - tenham trabalhado na manutenção e preservação do meio ambiente com conseqüente diversificação e aumento de sua produção;
- VIII - tenham proporcionado a seus funcionários formas de aquisição de casa própria.

ART. 20 - O benefício previsto no artigo



Cont...

fls.08

anterior para efeito do gozo de isenção, será concedido à empresa que:

I - dirigir requerimento fundamentado, em modelo próprio, à municipalidade, demonstrando seus aspectos legais e os dispositivos desta Lei, acompanhado de contrato social e suas alterações;

II - submeter-se, mesmo durante o prazo de isenção às visitas de inspeção dos fiscais da Divisão de Receita.

ART. 21 - A isenção será revogada e serão exigidos os tributos, quando:

I - a empresa ultrapassar de 05 (cinco) anos o efetivo início de colocação de suas produção industrial no mercado e, nos demais casos, o prazo das respectivas atividades;

II - a empresa alterar o objetivo de sua atividade, para a qual foi concedida a isenção salvo se a nova atividade estiver compreendida nos benefícios previstos nesta Lei;

III - a empresa cessar suas atividades, no prazo de vigência das benefícios;

IV - a empresa afastar-se, deliberadamente do tipo de produção fixado pela orientação do órgão competente, Federal, Estadual ou Municipal, conforme o que se apurar em processo regular com amplo direito de defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não constitui motivo para aplicação no disposto no artigo, a força maior devidamente comprovada.

CAPÍTULO III

DAS EMPRESAS COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO

ART. 22 - Como incentivo às suas atividades também poderão ser isentas dos tributos municipais, por 01(um) ano, as empresas comerciais e prestadoras de serviço que:

I - participarem efetivamente na qualificação de sua mão de obra ou financeiramente em instituições proficualizantes, ou ainda, através de concessão de bolsas de estudo a tercei



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



Cont...

fs.09

ros;

II - prestarem, permanentemente, serviços e fornecerem bens destinados à produção do pequeno produtor rural.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A concessão de que trata o inciso I poderá ser de até 10% (dez por cento) dos tributos devidos, desde que a beneficiada tenha investido, durante o ano anterior, na qualificação de 1/5 (um quinto) de seus funcionários ou udêntico percentual com relação a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A isenção do inciso II' condicionará a beneficiária ao fornecimento de serviços e bens ao pequeno produtor, para safra agrícola, a preços inferiores aos praticados no mercado, e será de 30% (trinta por cento) dos tributos municipais devidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam isentas de taxa' de publicidade as empresas que afixarem placas luminosas indicadores da denominação e do ramo de negócio enquanto perdurem.

ART. 23 - A concessão da isenção somente será deferida às empresas comerciais e prestadoras de serviço, que encaminharem requerimento ao Secretário Municipal de Fazenda, em petição instruída com os documentos que comprovem o preenchimento das condições previstas no artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - O requerimento deverá ser encaminhado pela beneficiária nos 03(tres) primeiros meses, do ano subsequente ao que tenha adquirido direito às isenções fiscais.

ART. 24 - A isenção conferida às empresas' comerciais e prestadoras de serviço serão canceladas e serão exigidos os tributos, constatando-se fraudes na documentação ou nas declarações constantes do requerimento.

CAPÍTULO IV

DE OUTRAS ISENÇÕES FISCAIS

ART. 25 - As atividades exclusivamente artesanais urbanas explorada por pessoas físicas estão isentas de quaisquer tributos municipais que incidirem sobre os mesmos, por prazo de 05(cin-



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



Cont...

fls.10

co) anos, a partir da vigência desta Lei.

ART. 26 - Ficam isentas dos tributos municipais as empresas industriais e agroindustriais localizadas a partir de 15 (quinze) quilômetros da sede do município de Montes Claros, por período de 10 (dez) anos, a partir da vigência desta Lei.

ART. 27 - Os débitos fiscais existentes à época da publicação desta Lei poderão ser convertidos em serviços ou obras públicas à critério do Executivo.

ART. 28 - Como incentivo à instalação do estabelecimento do gênero matadouro, ficam isentos do pagamento de tributos municipais, pelo prazo de 05 (cinco) anos, todos os estabelecimentos que forem implantados no Município a partir da vigência desta Lei.

ART. 29 - As escolas particulares que ministrarem cursos exclusivamente profissionalizantes, que tenham como meta a formação e qualificação de mão-de-obra, ficam isentas dos tributos municipais por período de 05 (cinco) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de 05 anos para alcance do direito à isenção somente será conferido a partir do efetivo funcionamento da escola profissionalizante, mediante os seguintes procedimentos:

I - Requerimento, em formulário próprio, instruído com documentos que comprovem:

a) preenchimento de no mínimo 2/3 (dois terços) de sua capacidade de alunos;

b) data do início de suas atividades.

ART. 30 - ---VETADO ---

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 31 - Concedidas as isenções fiscais, os beneficiários afixarão diante de suas unidades comerciais, industriais e prestadoras de serviço, placas que constem dizeres identificando a mesma como beneficiária dos incentivos fiscais, ficando a critério da Secretaria competente formular estes dizeres.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



Cont...

fls.11

PARÁGRAFO ÚNICO - As indústrias deverão fazer constar das embalagens de seus produtos a inscrição de que foram beneficiadas com incentivos do Município.


ART. 32 - A sanção prevista no artigo 24 desta Lei e motivada por fraudes na apresentação de informações documentais aplicam-se as demais empresas não inseridas no seu contexto e que beneficiam-se com isenções de que trata esta Lei.

ART. 33 - Para efeito de gozo das isenções de que tratam os artigos 25, 26, 28 29 é conversão de débitos fiscais em obras públicas do artigo 27, o interessado deverá encaminhar requerimento à Secretaria de Fazenda, em petição instruída com documentos que comprovem o preenchimento de condições exigidas para concessão ou conversão.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Secretaria Municipal de Fazenda analisará livremente cada pedido, podendo exigir da empresa requerente outros documentos que julgar necessário para análise e parecer final sobre o pedido.

ART. 34 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Montes Claros, 12 de setembro de 1.991.


MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL